

# Ricos e pobres: trégua em perigo

*Econ. Brasil*  
ALAN RIDING  
DO N.Y. TIMES

ESTADO DE S. PAULO

9 MAI 1986

Durante as duas décadas em que permaneceram no poder, os militares brasileiros abriram o interior do País à agricultura, investiram intensamente na energia e nas comunicações e incentivaram a indústria a competir no Exterior. Quando deixaram o governo, no ano passado, o Brasil tinha a oitava maior economia do mundo ocidental, praticamente em vias de ultrapassar o Canadá, a Itália e a Inglaterra na próxima década.

A herança social deixada pelos militares não foi menos dramática, se bem que no sentido negativo. Tomando como base indicadores como mortalidade infantil, analfabetismo, emprego e distribuição de renda, o Brasil continuava no mesmo nível que El Salvador e o Peru, ou seja, entre os países mais atrasados da América Latina. Se essas tendências continuassem, o Brasil poderia tornar-se a mais destituída das nações "ricas" do mundo até o final do século.

Agora, no entanto, com o estado de espírito modificado pelo retorno à normalidade democrática e pelo final de um período de quatro anos de recessão, o Brasil dá a impressão de estar-se movimentando pela primeira vez em direção ao reconhecimento de que não poderá realizar o seu sonho de alcançar o status de grande potência no próximo século sem, antes, solucionar sua crise social.

Os elementos catalisadores vieram de um relatório de 300 páginas publicado no mês passado, intitulado "Brasil 2 000". Preparado por especialistas a pedido do presidente José Sarney, o relatório traça um alarmante perfil de pobreza crônica e propõe um programa intenso para que se atinjam os padrões sociais existentes em países europeus — co-

mo a Espanha e a Grécia — dentro de 15 anos.

Mesmo agora, no entanto, o governo está recebendo poucas pressões para dar prosseguimento ao plano. Sarney está na crista de uma onda de popularidade depois do recente pacote de medidas contra a inflação, enquanto os partidos de esquerda e de direita estão mais preocupados com a campanha eleitoral para o Congresso e para os cargos de governadores de Estado em novembro. Na ausência de fortes organizações trabalhistas e campesinas, a voz mais radical que se ouve é a da Igreja católica.

## LIMITE DA TRÉGUA

No entanto, na opinião de Hélio Jaguaribe, cientista político e ex-professor da Harvard, que chefiou a equipe responsável pelo "Brasil 2000", o País "está chegando aos limites da coexistência pacífica entre os ricos e os pobres". E quando esta trégua deixar de existir, a nova democracia brasileira estará em perigo. "O governo e as classes dominantes optarão por um reformismo radical ou a crescente agitação social inevitavelmente levará a uma solução autoritária."

Apesar de as tradições políticas brasileiras não serem violentas, os contrastes oferecem poucas garantias de estabilidade a longo prazo. Por exemplo: o Brasil é, atualmente, o segundo maior país exportador de alimentos do mundo (o primeiro são os Estados Unidos), mas 65% dos seus 135 milhões de habitantes sofrem de desnutrição. E entre as assustadoras estatísticas sociais contidas no projeto "Brasil 2000", destaca-se esta: a população mais rica (1%) ganha cerca de 13% da renda total, tanto quanto os 50% da população mais pobre. Alguns intelectuais chegam a referir-se ao Brasil como Bélgica — metade Bélgica e metade Índia.

Na realidade, muitos dos atuais problemas sociais do Brasil sempre existiram, e a política do regime militar de aguardar que a nova riqueza os diminuisse em nada contribuiu para aliviar a situação. Outros problemas, no entanto, foram agravados pelas políticas adotadas durante a ditadura: o encorajamento do cultivo em larga escala de produtos destinados à exportação, por exemplo, expulsou milhões de pequenos agricultores das zonas rurais, empurrando-os para as favelas urbanas, e o esquecimento do Nordeste empobrecido, ao mesmo tempo em que se desenvolvia o Sul, serviu para aprofundar ainda mais os contrastes entre as várias regiões do País.

No entanto, mesmo na melhor das circunstâncias, Jaguaribe e seus colegas acreditam que o crescimento econômico em si não será a solução mais adequada. Ao contrário, argumentam, é necessário um esforço especial para propiciar mais educação, mais alimentos, mais habitações, melhores condições de saúde e mais empregos.

"O importante, para nós, foi trabalhar estritamente dentro do que é possível em termos políticos, econômicos e sociais. Nossa programa é bem mais pragmático do que ideológico", afirmou Hélio Jaguaribe. procurando um preço para isso, seu grupo (formado por cinco especialistas) baseou-se nas experiências do pós-guerra na Espanha e na Grécia, que emergiram da pobreza dedicando consistentemente 12,5% do seu Produto Nacional Bruto a programas sociais. Como o Brasil está gastando apenas 10,5% nestes programas, o plano prevê que uma quantia adicional de 2% destinada a combater a pobreza (US\$ 6 bilhões e talvez um total de US\$ 130 bilhões no decorrer dos próximos 15 anos) poderia representar uma diferença crucial.